



Secretaria de Desenvolvimento
e Promoção do Investimento



ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas **APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - REGIÃO MISSÕES**

Termo de Contrato Nº. 017/2013
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI e DIEESE

JUNHO DE 2014



EXPEDIENTE DA AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO**Tarso Genro**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Mauro Knijnik

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

Ivan De Pellegrin

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

Sérgio Kapron

Diretor

Natanael Mücke

Diretor-adjunto

Luana Collet

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APL

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

José Carlos Mello Mendes

Josias Bervanger Oscar

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto MonclaroMury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Rafael da Silva Sabedra

Bárbara Biolchi.

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar - Centro - Porto Alegre - RS.
Cep 90.010-050

Contatos: imprensa@sdpi.rs.gov.br - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)
info@agdi.rs.gov.br - + 55 (51) 3079-7000

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Fernando Acura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informações
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul
Patrícia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Anelise Manganelli - Técnica Responsável pelo Projeto
Fernando Murta Ferreira Duca – Técnico do Projeto

**Equipe Executora
DIEESE**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
NOTA METODOLÓGICA	6
INTRODUÇÃO	11
1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL	14
1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa	14
1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento	15
1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e dos vínculos	21
2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR REGIÃO MISSÕES.....	30
3. DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR	32
CONCLUSÃO	33
GLOSSÁRIO.....	36
GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS	37
ANEXO 1.....	43
ANEXO 2.....	45
ANEXO 3.....	46

APRESENTAÇÃO

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas - APL Agroindústria Familiar - Região Missões*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato n°. 17/2013 firmado no mês de setembro de 2013.

Este é o terceiro de cinco relatórios de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Agroindústria Familiar Região Missões, sendo assim, a caracterização da estrutura do mercado de trabalho apresentada no primeiro boletim não é replicada aqui. Este boletim está dividido em três partes centrais, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise Conjuntural do Emprego; (2) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL; (3) Análise do desempenho exportador.

A parte 1 traça um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014¹, comparando o APL com outros recortes geográficos e com o mesmo período de anos anteriores, que permitam uma análise comparativa do desempenho do APL. Em seguida, realiza-se uma análise específica do comportamento do mercado de trabalho, verificando o desempenho por perfil dos trabalhadores segundo atributos, e dos vínculos de emprego segundo tempo médio de permanência, saldo por tamanho de estabelecimento, e salário médio.

A parte 2 traz informações sobre os Microempreendedores Individuais (MEIs), e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL, bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL. Também é avaliada a participação do APL no total de MEIs do território.

Por último, a parte 3 se volta para a análise do desempenho exportador do APL, com dados sobre exportações divididas por municípios e atividades econômicas.

¹ Último mês disponível durante a elaboração deste relatório.

NOTA METODOLÓGICA

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário a utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse boletim, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: “*o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais*”².

Para obter esse reconhecimento de APL é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos³, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)⁴ definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Agroindústria Familiar - Região Missões estão descritas no Anexo 1 deste relatório.

Em relação ao estudo propriamente dito, cabe destacar que são três os eixos principais em que ele se organiza: análise do mercado de trabalho formal, análise dos microempreendedores individuais e análise das exportações. Todas as análises desenvolvidas neste boletim são de caráter conjuntural, abrangendo três meses (dezembro a fevereiro). Não consta do objetivo deste boletim realizar uma análise estrutural, tal análise é parte integrante do Projeto, e por seu papel estratégico será realizada em Relatório específico⁵.

Para o estudo do mercado de trabalho do APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

O Caged é um registro administrativo que faz parte do controle e da contabilidade necessária para implementar ou administrar programas ou projetos governamentais. A base de dados é gerenciada

² Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

³ Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

⁴ O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APL – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovam o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais.

⁵ Trata-se do produto 1.4 qual seja, um Relatório de análise decenal que atende justamente ao anseio de uma análise de estrutura econômica e do emprego mais profunda.

pelo Ministério do Trabalho e a cobertura está restrita ao mercado de trabalho formal (assalariados celetistas somente). Contudo, vale salientar que, embora o trabalho rural seja regulado por lei específica, a saber - lei 5.889 de junho de 1973 (Estatuto do Trabalhador Rural), regulamentada pelo Decreto 73.626 de 1974 e também pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, - o empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Ademais, a lei 11.718/08 proporcionou maior formalização do trabalhador, contemplando aqueles que trabalham por pequeno prazo, prevê registro na carteira de trabalho e no livro ou ficha de empregados. Nesse aspecto, torna-se relevante esclarecer que de acordo com o Manual do Caged⁶, devem ser declarados os “trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural”. Contudo, o Caged não possibilita, na consulta à sua base de dados, a separação entre estabelecimentos rurais e urbanos. Sendo assim, a maneira encontrada para contornar o problema foi elaborar uma tabulação dos saldos por tipo de estabelecimento disponível na base de dados. Este filtro, entretanto, é bastante restrito e somente diferencia o tipo de cadastro do estabelecimento. Dois são os tipos: CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e CEI (Cadastro Específico do INSS). O CNPJ é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) junto à Receita Federal. O CNPJ é o cadastro geral, requerido da maior parte das empresas. Já o CEI tem escopo mais reduzido e é requerido somente de alguns tipos de estabelecimentos. O agricultor familiar enquanto segurado especial do INSS só necessita da matrícula CEI, sendo dispensado de ter CNPJ. No caso de produtores rurais, somente são obrigados a possuir registro no CNPJ a cooperativa ou associação de segurados especiais⁷. Contudo, não é possível afirmar com toda a certeza que todos os estabelecimentos cadastrados no CNPJ sejam urbanos, isto decorre principalmente do fato que para ser optante do Simples Nacional⁸ os estabelecimentos devem ser cadastrados no CNPJ. Ao menos todos os estabelecimentos cadastrados no CEI são rurais (à exceção dos estabelecimentos do ramo da construção civil). Apesar de não possibilitar afirmações conclusivas, a separação entre CEI e CNPJ foi a forma encontrada para contornar o problema da identificação dos estabelecimentos rurais.

⁶ Manual do Caged, disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A35F788440136972331997EB1/Manual_Caged_2012_vers%C3%A3oACI_13.pdf

⁷ Para mais informações sobre o CEI, consultar: <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/defaultcei.htm>

⁸ Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que unifica em uma só guia de recolhimento os diversos tributos incidentes sobre as empresas. Foi instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para mais informações consultar: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>. Para saber do Simples da Área Rural consultar:

http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Cartilha%20-%20área%20rural_web.pdf

Ainda em relação à utilização do CAGED para a análise do meio rural, cabe destacar a questão da informalidade. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012, a informalidade no meio Rural alcança níveis significativos, para o Brasil os trabalhadores informais chegaram a representar 60,1% da força de trabalho no campo. Para o Rio Grande do Sul, a situação é pouco melhor: 52,8% dos trabalhadores estão na informalidade. Esta é uma restrição da análise do CAGED, que não contempla os trabalhadores sem carteira assinada, uma vez que trata-se de um registro administrativo. Não obstante, a única maneira de contornar o problema é a realização de pesquisa de campo para coleta de dados primários, já que não há, no Brasil, nenhuma base de dados de nível municipal e de periodicidade mensal ou trimestral que abranja trabalhadores sem carteira assinada. Por último, cabe salientar que a agricultura familiar possui regras rígidas de definição da unidade produtiva e da contratação de trabalhadores, para que não se perca o caráter ‘familiar’ da produção. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º estabelece que: “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

Além do mais, a Lei 11.718 de 20/06/2008 estabelece em seu artigo 9º que a contratação de mão de obra pode ocorrer por prazo indeterminado somente quando em associação a cooperativas, quando feita individualmente pelo agricultor familiar não pode exceder 120 homens/dia de trabalho por ano ou seja permite apenas o trabalho por curto prazo. Caso contrário perde-se a condição de Segurado Especial da previdência social.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do Caged com as informações de movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro,

observou-se que, em geral, metade das declarações do Caged, entregue fora do prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade, a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do Caged - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse boletim, a partir da base do Caged apresentam a data da extração da informação.

Visando propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para anos anteriores a 2014. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o Estado, deve-se entender o Estado como compreendendo as mesmas atividades econômicas do APL de referência, mas apenas os municípios que não fazem parte do APL, o que elimina o viés de comparação. A análise conjuntural é realizada sempre agrupando três meses consecutivos, e pauta-se no período que compreende os meses de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e janeiro a fevereiro de 2012, 2013 e 2014, sempre analisando o conjuntamente os meses de dezembro a fevereiro.

No segundo eixo - os microempreendedores - desenvolvido na seção subsequente, constam os dados extraídos do Portal do Empreendedor, que contém as informações relativas ao Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2014. Como nesta base não há a possibilidade de se acessar a série histórica, os dados disponibilizados se referem ao acumulado. Portanto, cada uma das tabulações constantes nesse relatório apresenta a data exata da extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

O último eixo, desempenho exportador do APL, conta com dados oriundos do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb), mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Este sistema disponibiliza todas as informações relativas a exportações e importações, com atualização mensal. Os dados disponibilizados pelo sistema são

separados por mercadorias, classificadas segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM)⁹, ao passo que o APL é delimitado levando em consideração as atividades econômicas nele desempenhadas, agrupadas segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)¹⁰. Para possibilitar a compatibilização dos dados, a fim de enquadrar os dados de exportação de mercadorias disponibilizados pelo AliceWeb, de acordo com as delimitações do APL, estabelecidas segundo a CNAE, utilizou-se a tabela de correspondência entre NCM e CNAE elaborada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA)¹¹.

Ainda em relação à organização dos dados, há a questão das unidades geográficas. Para o presente estudo, interessa saber o valor das exportações das mercadorias produzidas pelo APL, o que gera a necessidade de se realizar a consulta dos dados por municípios. Contudo, ocorre que o critério para as exportações por municípios se refere ao domicílio fiscal da empresa exportadora. Ou seja, são computadas como exportações do município não aquelas mercadorias que de fato são produzidas dentro de seus limites, mas as mercadorias exportadas pelas empresas com domicílio fiscal no município, independente de onde tenham sido produzidas.

Por último, cabe adicionar que os valores das exportações estão expressos em dólares americanos correntes, modalidade FOB – *Free On Board*¹², seguindo o padrão em estatísticas de comércio exterior. Da mesma forma que para os eixos de análises anteriores, as tabelas das exportações do APL seguem com a data de extração, pois sempre que um novo mês é disponibilizado no sistema de consulta (AliceWeb), todos os meses do ano corrente e do ano anterior também são atualizados devido a alterações realizadas pelos próprios operadores de comércio exterior.

⁹ A lista completa da NCM é encontrada em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3361>

¹⁰ A lista completa da CNAE é encontrada em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/>. No caso do APL Polo Moda a lista está disponível no anexo 1 deste relatório.

¹¹ A tabela se encontra em: <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas>

¹² FOB é um *International Commercial Term*, termos utilizados em comércio internacional para definir quais as responsabilidades do exportador na operação comercial. No caso do FOB estas se referem a todas as despesas incorridas é que a mercadoria esteja a bordo do navio pronta para o transporte, ou seja, as despesas referentes ao transporte da mercadoria até o porto, armazenagem, capatazia, estivagem e desembaraço aduaneiro.

INTRODUÇÃO

Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito típico da área de Economia Regional que busca compreender as vantagens advindas da aglomeração geográfica de diversas empresas para sua eficiência e competitividade. A origem do conceito pode ser encontrada na obra do economista inglês Alfred Marshall, na análise dos distritos industriais ingleses (VARGAS, s.d). Marshall foi o primeiro a perceber as vantagens advindas de tal aglomeração, o que denominou de eficiência coletiva. Essa importância da aglomeração de empresas veio a ser resgatada anos depois, sobretudo a partir do ano de 1980, para o desenho de políticas de desenvolvimento local. A partir de então, muito se avançou e diferentes visões sobre as aglomerações produtivas surgiram (VARGAS, s.d).

A mera concentração de empresas com atividades afins em um mesmo espaço geográfico é capaz de gerar ganhos para as empresas chamados de economias de aglomeração. Tais economias de aglomeração têm origem na cooperação, formal e tácita, entre as empresas, e não somente atividades individuais. Com o tempo este fenômeno da aglomeração geográfica de empresas passou a ser mais estudado e ganhou forma sob o conceito de Arranjo Produtivo Local, passando a abranger as mais diversas atividades econômicas. Para este trabalho o conceito adotado de APL se refere: “às aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social” (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Atualmente, os APLs são reconhecidos como um poderoso mecanismo do desenvolvimento regional e diversas esferas de governo possuem políticas públicas voltadas para o fomento deste. No caso do Rio Grande do Sul verifica-se uma longa tradição na criação de arranjos cooperativos, que data do século XIX (AGDI, 2013), com as cooperativas agrícolas. Essa tradição se manteve ao longo de diversos governos e recentemente recebeu um novo estímulo. A política industrial do Estado, composta de vários eixos temáticos e programas de ações, tem o APL como um de seus elementos centrais. O fomento aos APLs do Estado consta como uma das principais ações da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação (um dos eixos da Política Industrial) que o compreende como instrumento prioritário para a promoção do “desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. No âmbito da Política, o desenvolvimento econômico é buscado através do adensamento de cadeias e arranjos produtivos, da cooperação entre empresas, e destas com instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado

coletivo, da inovação e da cultura exportadora” (AGDI, 2013, p. 30). Sendo assim, a Política é dividida em dois eixos centrais: o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs) e o Programa de Redes de Cooperação (PRC).

No âmbito do Programa de APLs a empresa é compreendida “a partir de uma perspectiva coletiva e territorial sob a premissa de que os vínculos de cooperação entre instituições dos setores privado, cooperativo, público, de ensino e pesquisa e de organizações sem fins lucrativos potencializam as estratégias singulares de competição e fomentam o desenvolvimento da economia da região” (AGDI, 2013, p. 31). Como pode ser visto, segundo a política, a empresa é o ator principal do APL, origem de todos os intercâmbios e vínculos típicos do arranjo. Com este arcabouço desenvolvido, o programa tem como objetivo principal, através do fomento dos APLs, os programas de desenvolvimento setorial e a política de combate às desigualdades regionais.

Como pode ser visto, o programa tem uma base teórica robusta como fundamento, bem como objetivos audaciosos. A fim de alcançar estes objetivos o programa tem como principal ferramenta a capacitação dos APLs e sua gestão, representada pela governança. Para tanto o governo do Estado estruturou dois fundos de recursos para possibilitar tal organização, que podem ser separados em dois principais: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul (PROREDES BIRD) e Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL). O PROREDES BIRD se insere em um contexto mais amplo do que o aporte de recursos aos APLs, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, de desenvolvimento do setor privado, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes.

Na área de desenvolvimento do setor privado que se encaixa o fortalecimento dos APLs, que têm acesso a um aporte inicial de recursos de modo a possibilitar a organização mais rápida dos APLs enquadrados no programa. Sendo assim, o objetivo principal dos recursos do PROREDES BIRD para os APLs é a estruturação a governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento e/ou de Marketing dos arranjos. Procura-se, desta forma, estimular a auto-organização de empresas, trabalhadores e instituições em APLs, com governança participativa, coordenação e agenda de ações próprias.

Já o FUNDOAPL criado pela Lei 13.840 de 05/12/2012 e regulamentado pelo Decreto 50.562 de 14/08/2014, destina recursos a ações e projetos dos cooperados dos APL que busquem beneficiar um grupo ou conjunto de produtores e empreendimentos da base do Arranjo. Estas ações e projetos vão desde investimentos fixos, capital de giro, tecnologia e agregação de valor à produção por meio

da industrialização à disponibilização de serviços técnicos, tecnológicos, de metrologia, de extensão e capacitação. A lista completa de ações englobadas pelo fundo se encontra no Regulamento supracitado. Apesar de contar com recursos das mais diversas origens, o fundo tem como principal fonte de financiamento aportes das empresas participantes dos APLs. A empresa que aportar recursos ao fundo, receberá crédito fiscal em igual montante aos recursos deste aporte. Este fundo, contudo, ainda não se encontra em execução, apesar de estar com todas suas normas jurídicas já estabelecidas.

Como pôde ser visto, as políticas públicas voltadas para os APLs do Estado contemplam as diversas fases do fomento dos Arranjos, explicitando os conceitos e mecanismos que utiliza. Neste íterim que se insere este boletim de análise conjuntural que tem como objetivo oferecer subsídios para o acompanhamento das políticas ao analisar o movimento conjuntural do mercado de trabalho e das exportações do APL, uma vez que as flutuações fornecem boas aproximações do desempenho do mesmo. A compreensão mais apurada da realidade local permite que o gestor público atue de forma a buscar soluções para os desafios encontrados pelo Arranjo, tendo como direção a promoção constante do desenvolvimento local.

1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL

Nessa seção são abordados os saldos (admissões subtraídas às demissões) do emprego formal no período que compreende os meses dezembro de 2013 a fevereiro de 2014. Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados frente aos saldos totais do Rio Grande do Sul (exceto os municípios que compõem o APL) e do Brasil (exceto os municípios que compõem o APL) para as mesmas atividades econômicas desenvolvidas no APL.

1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa

Os números gerais do saldo de empregos formais para os meses de dezembro a fevereiro, dos anos de 2011 a 2014 se encontram na Tabela 1. A fim de possibilitar uma avaliação mais geral sobre o desempenho do APL Agroindústria Familiar Região Missões, seus dados de saldo foram colocados em perspectiva com os dados para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Como já ressaltado, os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul levam em conta somente as mesmas atividades econômicas desempenhadas no APL e não contemplam os municípios do mesmo. Ao se utilizar as mesmas atividades econômicas como comparação, possibilita-se uma análise mais fidedigna do desempenho do APL, pois tais atividades, em certa medida, estão sujeitas aos mesmos efeitos advindos do cenário macroeconômico e de políticas econômicas federais. A exclusão dos municípios do APL das outras regiões elimina o viés de comparação na análise.

Em relação aos dados, chama atenção o fato de que todas as regiões apresentaram saldos negativos para todos os três períodos em análise, mas com grandes oscilações nos valores absolutos. Tratando primeiramente do Brasil, cujo saldo de emprego sai de patamar negativo de -31.595 no acumulado de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012 e chega a menos -53.762, em dezembro de 2013 a fevereiro de 2014, se tem uma perspectiva do fraco desempenho das atividades do APL no período. Este desempenho se reflete no Rio Grande do Sul, que também apresenta resultados pronunciadamente negativos nos três períodos, apesar da oscilação dos saldos ser menor do que para o Brasil.

Destaca-se que o APL Agroindústria Familiar Região Missões apresenta dinâmica diferente das outras duas regiões. Para o estado e o país, 2012-2013 foi o período de pior desempenho do mercado de trabalho entre os analisados, já para o APL é o de melhor desempenho (Tabela 1). Os demais períodos apresentam saldos iguais (-21). Devido ao fato de todos os períodos terem apresentado saldos negativos, decidiu-se realizar uma análise a partir dos dados mensais dos saldos

de emprego, de janeiro de 2007 a dezembro de 2013, a fim de verificar uma possível sazonalidade. Apesar de não haver uma sazonalidade explícita, pode-se verificar que os meses que compõem o trimestre em análise costumadamente apresentam saldos de pequena monta e frequentemente negativos. Das 23 observações mensais que apresentam saldos negativos no período de sete anos analisados, dez correspondem aos meses de novembro a janeiro, sendo que a concentração principal aparece nos meses de dezembro. Mesmo assim, cabe notar que, levando em consideração os seis trimestres de dezembro a fevereiro os únicos que apresentam saldos negativos são os que ora se analisam (2011-2012, 2012-2013 e 2013-2014) (Anexo 2).

TABELA 1
Saldo de empregos formais
Brasil, Rio Grande do Sul e APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011,
2012, 2013 e 2014

Região	2011-2012	2012-2013	2013-2014
APL	-21	-9	-21
Rio Grande do Sul ⁽¹⁾	-2.326	-2.775	-2.268
Brasil ⁽¹⁾	-31.595	-72.408	-53.762

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada 24/04/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o mesmo.

1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento

Em relação à distribuição dos saldos no APL, chama atenção que no presente boletim, ao contrário dos dois últimos, Santo Ângelo aparece com pequeno destaque no saldo do APL como um todo, apresentando saldo negativo de -3. Já São Luiz Gonzaga (10) continua a aparecer com destaque, apresentando o maior saldo do APL no período. Já em relação aos demais municípios, cabe destacar: Santo Antônio das Missões (-9) e São Pedro do Butiá (-12) com os maiores saldos negativos (Tabela 2).

Comparando com o período 2012-2013, percebe-se que este se assemelha mais aos dois boletins já elaborados. Apesar dos saldos negativos, não apresentados em nenhum dos dois boletins anteriores, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga voltam a apresentar destaque na geração de emprego no APL. Já em relação a 2011-2012, São Luiz Gonzaga apresenta saldo negativo e pouco expressivo, ao passo que Santo Ângelo volta a ter destaque. Contudo, o saldo negativo de Santo Antônio das Missões supera os demais municípios, influenciando decisivamente no saldo negativo geral do APL. Outro

ponto relevante de comparação do boletim atual com os dois anteriores se refere à magnitude dos saldos, que foram substancialmente inferiores no boletim atual.

TABELA 2
Saldo de empregos formais segundo municípios
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Município	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Bossoroca	2	-8	-2
Caibaté	-1	1	0
Cerro Largo	-7	1	3
Dezesseis de Novembro	1	0	0
Entre-Ijuís	-6	-1	2
Eugênio de Castro	0	0	0
Garruchos	0	-2	2
Girua	-1	0	-2
Guarani das Missões	0	0	-1
Mato Queimado	0	0	0
Pirapó	1	-1	-2
Porto Xavier	-1	1	-1
Rolador	1	0	0
Roque Gonzales	4	-3	2
Salvador das Missões	4	-3	-1
Santo Ângelo	8	4	-3
Santo Antônio das Missões	-20	-3	-9
São Luiz Gonzaga	-1	4	10
São Miguel das Missões	-3	1	1
São Nicolau	2	0	-4
São Paulo das Missões	2	2	-4
São Pedro do Butiá	-6	-3	-12
Sete de Setembro	0	1	0
Ubiretama	0	0	0
Vitória das Missões	0	0	0
Total	-21	-9	-21

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 24/04/2014.
Elaboração: DIEESE

Na análise das atividades econômicas que compõem o APL Agroindústria Familiar Região Missões, verifica-se, que *Criação de suínos* foi a atividade responsável pelo desempenho negativo do mercado de trabalho, como saldo negativo de -14. As demais atividades apresentaram saldo de pequena magnitude, e somente *Preparação do Leite e Fabricação de farinha de mandioca e derivados* apresentam saldo positivo (Tabela 3). Interessante notar que os dados são apresentados grande diferença para com o boletim anterior¹³.

Na comparação com os períodos anteriores, verifica-se que as atividades que *Criação de Suínos* perde destaque pra *Criação de Bovinos* como principal saldo negativo. Cabem ainda dois apontamentos isolados: 2011-2012 *Fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho*

¹³ O Boletim anterior está a disposição em: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=963>

apresentou o maior saldo negativo, -11 e em 2012-2013 a atividade de *Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente* apresentou saldo de nove empregos.

TABELA 3
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Classe de Atividade Econômica	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	1	0	0
Criação de Bovinos	-10	-5	-3
Criação de Suínos	-7	-4	-14
Preparação do Leite	0	0	1
Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	-1	-3	1
Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	-11	0	0
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	0	-1
Fabricação de Produtos de Panificação	1	-5	0
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	7	9	-4
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	0	0	-1
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	-1	-1	0
Total	-21	-9	-21

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 24/04/2014.

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram movimentação no saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

A fim de melhor compreender a distribuição dos saldos de emprego formal no APL, foi organizada uma tabulação contendo os principais municípios e classes de atividade econômica em termos de concentração de tais saldos. Ao invés de selecionar os municípios e as atividades econômicas previamente, decidiu-se por acessar os dados e separar os saldos de maior monta, para então realizar a análise. Sendo assim, para que se tenha uma noção de quanto estas atividades selecionadas representam para cada um dos municípios, criou-se uma linha de subtotal, que equivale à soma das atividades representadas na tabela. Como pode ser visto, da mesma forma que ocorreu para o boletim anterior, os saldos dos municípios, no período em análise, são altamente concentrados em poucas, ou mesmo em uma só atividade; como é o caso de São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões e São Nicolau. Cabe notar também que as atividades preponderantes em cada município se repetem em grande medida. *Criação de Bovinos* apresenta saldos para todos os municípios, já *Criação de Suínos* está presente na maior parte dos municípios. Ainda cabe ressaltar que a tabulação consegue captar em grande parte como se deu a distribuição do saldo total do período 2013-2014 entre atividades dos municípios. Mas, por outro lado, a Tabela 4, apesar de explicar em quais atividades estão concentrados os saldos dos municípios selecionados, não permite explicar em quais municípios estão concentrados os saldos das atividades.

TABELA 4
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas⁽¹⁾ e municípios selecionados
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Município	Classe de atividade econômica	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Santo Ângelo	Criação de Bovinos	1	1	2
	Criação de Suínos	1	-3	-1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	6	10	-4
	Subtotal	8	8	-3
	Total	8	4	-3
Santo Antônio das Missões	Criação de Bovinos	-9	-3	-9
	Total	-20	-3	-9
São Luiz Gonzaga	Criação de Bovinos	2	3	10
	Total	-1	4	10
São Nicolau	Criação de Bovinos	2	1	-3
	Total	2	0	-4
São Paulo das Missões	Criação de Bovinos	2	0	-1
	Criação de Suínos	0	2	-3
	Subtotal	2	2	-4
	Total	2	2	-4
São Pedro do Butiá	Criação de Bovinos	0	-1	1
	Criação de Suínos	-6	1	-14
	Subtotal	-6	0	-13
	Total	-6	-3	-12
Soma	Criação de Bovinos	-2	1	0
	Criação de Suínos	-5	0	-18
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	6	10	-4
	Subtotal	-1	11	-22
	Total	-15	4	-22
Total APL		-21	-9	-21

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 28/05/2014.

Elaboração: DIEESE

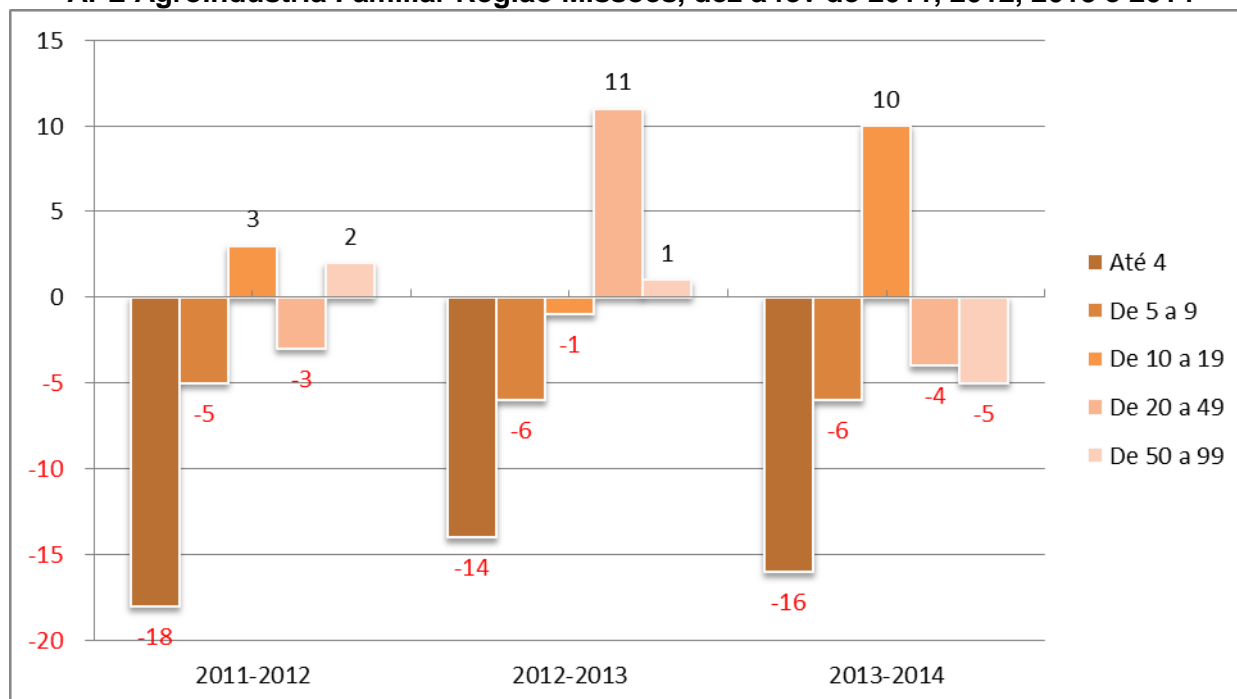
(1) Foram retiradas da tabela todas as atividades que não modificariam o subtotal de 2013-2014 dos municípios significativamente, a ponto deste apresentar valor no máximo 10% superior ou inferior ao total. Nos casos de totais pequenos, a diferença entre o subtotal e o total é no máximo um.

Na análise do desempenho dos saldos segundo tamanho dos estabelecimentos, destaca-se aqueles estabelecimentos com 10 a 19 vínculos, a única faixa a apresentar saldo positivo para o período. Já os estabelecimentos menores, aqueles com até 4 vínculos, apresentaram os piores saldos tanto para o período 2013-2014, quanto para os períodos anteriores. As demais faixas de tamanho apresentaram oscilação ao longo dos anos, à exceção dos estabelecimentos com 5 a 9 funcionários, que obtiveram saldos negativos para todos os anos, variando entre -5 e -6. (Gráfico 1).

Em relação ao boletim anterior, que trata dos meses de setembro a novembro, há diferenças expressivas. Os estabelecimentos com até 4 empregados apresentam saldos positivos importantes, assim como os estabelecimentos com 50 a 99 empregados, que aparecem como destaques positivos

no boletim. Já a faixa de 10 a 19 empregados tem pouco expressão, com saldos de pequena magnitude.

GRÁFICO 1
Saldo de empregos formais segundo tamanho do estabelecimento⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 24/04/2014.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Tamanho do estabelecimento é definido segundo número de vínculos ativos em janeiro do ano em questão.

Na tabela 5 é realizado um recorte simultâneo de atividades econômicas e tamanho dos estabelecimentos. Como o APL é voltado somente para a agroindústria familiar, realizou-se tal tabulação buscando contornar a limitação da base de dados do Caged separando as atividades de agroindústria de outras atividades em geral. Conforme consta na Nota Metodológica, o Caged não possibilita a separação dos estabelecimentos entre rurais e urbanos e nem por natureza jurídica, portanto esta tabulação separa atividades econômicas pelo tamanho de seus estabelecimentos, pois se espera que aqueles voltados à agroindústria familiar sejam menores. Contudo, esse método é somente uma tentativa de se contornar a limitação da base de dados, e não resolvê-la. Sendo assim, conclusões que dele forem feitas devem ser encaradas com maior prudência.

A título de exemplo, podem estar incluídas nos estabelecimentos com muitos empregados as cooperativas, que representam estabelecimento típico de agroindústria familiar, mas que segundo a tabulação por tamanho de estabelecimento poderia aparecer como não sendo. Em relação aos dados, percebe-se que *Criação de bovinos* e *Criação de suínos* têm seus saldos, em magnitude, concentrados nos estabelecimentos menores, respectivamente nos estabelecimentos com até 4 e até 9 empregados. As demais atividades econômicas apresentam saldos muito pequenos, tornando

difícil se realizar afirmações mais contundentes, talvez a única exceção seja *Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente* que apresenta seu saldo concentrado em estabelecimentos com 10 a 99 empregados.

TABELA 5
Saldo de empregos formais, segundo atividade econômica e tamanho⁽¹⁾ de estabelecimento
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Classe de atividade econômica	Tamanho	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	Até 4	1	0	0
	Até 4	-10	-4	-15
Criação de Bovinos	De 5 a 9	-1	-2	1
	De 10 a 19	1	1	11
	Até 4	2	-4	-3
Criação de Suínos	De 5 a 9	-3	-2	-9
	De 10 a 19	-2	1	1
	De 20 a 49	-6	6	-2
	De 50 a 99	2	-5	-1
	Até 4	0	0	1
Fabricação de Conservas de Legumes e Outros Vegetais	De 5 a 9	-1	-4	1
	De 10 a 19	0	1	0
Preparação do Leite	Até 4	-11	0	0
	Até 4	0	0	0
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	De 5 a 9	0	2	0
	De 10 a 19	0	-2	-1
	Até 4	1	-4	1
Fabricação de Produtos de Panificação	De 5 a 9	-1	0	-1
	De 10 a 19	1	-1	0
	Até 4	0	-1	0
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	De 5 a 9	1	-1	3
	De 10 a 19	3	0	-1
	De 20 a 49	3	5	-2
	De 50 a 99	0	6	-4
	Até 4	0	-1	0
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	De 5 a 9	0	1	-1
	Até 4	-1	0	0
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	De 10 a 19	0	-1	0

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 24/04/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram movimentação no saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

Ainda buscando contornar o problema da identificação realizou-se uma análise dos saldos de emprego por CEI e CNPJ. Esta tabulação aproxima-se dos estabelecimentos rurais, dado que não há CNAEs de construção civil ou semelhantes na delimitação do APL, sendo assim, todos os estabelecimentos inscritos sobre o CEI são rurais. Como esperado, as atividades tipicamente rurais

– *Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente, Criação de bovinos e Criação de Suínos* – possuem quase a totalidade de seu saldo em estabelecimentos matriculados no CEI. A atividade de *Preparação do Leite*, que poderia ser considerada rural à primeira vista, não possui saldo em estabelecimentos matriculados no CEI, pois tal atividade compreende o beneficiamento e envase do leite, não sendo, portanto, de caráter rural. Sendo assim, interessante notar que praticamente a totalidade do saldo de *Criação de bovinos* se encontra em estabelecimentos matriculados no CEI, o mesmo ocorrendo para a atividade de *Criação de suínos*, porém com menor intensidade.

TABELA 6

**Saldo de empregos formais, segundo tipo dos estabelecimentos e atividades econômicas⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014**

Tipo	Classe de atividade econômica	2011-2012	2012-2013	2013-2014
	Criação de Bovinos	0	1	0
	Criação de Suínos	2	-5	-1
	Fabricação de Conservas de Legumes e Outros Vegetais	0	0	1
	Preparação do Leite	-1	-3	1
C	Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	-11	0	0
N	Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	0	-1
P	Fabricação de Produtos de Panificação	1	-5	0
J	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	7	9	-4
	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	0	0	-1
	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	-1	-1	0
	Total	-3	-4	-5
	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	1	0	0
C	Criação de Bovinos	-10	-6	-3
E	Criação de Suínos	-9	1	-13
I	Total	-18	-5	-16
	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	1	0	0
	Criação de Bovinos	-10	-5	-3
	Criação de Suínos	-7	-4	-14
	Fabricação de Conservas de Legumes e Outros Vegetais	0	0	1
T	Preparação do Leite	-1	-3	1
o	Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	-11	0	0
t	Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	0	-1
a	Fabricação de Produtos de Panificação	1	-5	0
l	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	7	9	-4
	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	0	0	-1
	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	-1	-1	0
	Total	-21	-9	-21

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 02/06/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e dos vínculos

Em relação à composição do saldo segundo sexo, percebe-se que, no período analisado, os saldos de

emprego se referem basicamente aos homens; no período em análise, eles respondem pela totalidade dos saldos. Já em relação aos períodos anteriores, há também mulheres na composição do saldo o saldo se reduz, apesar de se manter alta. Cabe ainda notar que as mulheres alcançam saldo positivo em 2012 (Tabela 7).

Ao se comparar esta situação com o boletim anterior, percebe-se bastante semelhança, com os homens responsáveis pela maior parte dos saldos em cada um dos períodos. Por outro lado, no boletim anterior os saldos totais foram positivos.

Ao se tratar do nível de escolaridade dos trabalhadores que compõem o saldo, nota-se que aqueles com Ensino Médio completo se destacam em relação aos outros, seguidos por trabalhadores com 6ª a 9ª série do ensino fundamental completo. Os demais níveis de escolaridade apresentam resultados de pequena expressão. Em relação aos períodos anteriores, percebe-se maior pulverização do saldo entre as escolaridades, mesmo assim, em 2011-2012 é possível observar maior concentração naqueles trabalhadores com Ensino fundamental completo e Ensino médio incompleto. Tratando do boletim anterior, percebe-se que o saldo dos trabalhadores com Ensino médio completo responde com mais intensidade às variações do saldo.

Por último, a faixa etária dos trabalhadores. Como mostra a Tabela 7, os saldos foram bastante pulverizados entre as diversas faixas etárias. Uma exceção são os trabalhadores com 25 a 29 anos, com saldo nulo. Já aqueles com até 17 anos, outra exceção, foram os únicos com saldo positivo. Inclusive, comparando com os períodos anteriores este fato chama atenção, já que os trabalhadores desta faixa etária sempre apresentam o maior saldo. Chama atenção também que aqueles com 18 a 24 anos apresentaram o menor saldo em todos os anos. Em relação ao boletim anterior, as diferenças são relevantes, visto que os trabalhadores com 18 a 24 anos representavam os maiores saldos.

TABELA 7
Saldo de empregos formais segundo características do trabalhador
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Características do Trabalhador	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Homens	-14	-11	-21
Mulheres	-7	2	0
Analfabeto	0	0	0
Até 5ª Incompleto	5	-4	2
5ª Completo Fundamental	-3	1	0
6ª a 9ª Fundamental	-4	1	-8
Fundamental Completo	-12	-6	4
Médio Incompleto	-8	1	-3
Médio Completo	0	-4	-14
Superior Incompleto	0	2	1
Superior Completo	1	0	-3
Até 17 anos	3	7	5
18 a 24 anos	-11	-11	-9
25 a 29 anos	-3	-2	0
30 a 39 anos	-5	-7	-8
40 a 49 anos	-6	6	-3
50 a 64 anos	0	-2	-6
65 anos ou mais	1	0	0
Total	-21	-9	-21

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 05/05/2014.
 Elaboração: DIEESE

Em relação aos saldos por família ocupacional, é patente a pequena magnitude presente na maior parte dos saldos. Somente duas famílias merecem algum destaque: *Trabalhadores de apoio à agricultura* e *Contínuos*; as demais famílias apresentam saldos de pequena magnitude, ao ponto de metade das observações no período 2013-2014, apresentarem saldo igual a um (Tabela 8).

Em relação aos saldos negativos, há pontos de maior relevância. Primeiro, a maior magnitude dos saldos, entre os *Trabalhadores na pecuária de médio porte* e *Alimentadores de linhas de produção* com saldos negativos de, respectivamente, -12 e -8. Contudo, o ponto que mais chama atenção é o fato de que várias ocupações com os maiores saldos negativos apresentarem também as maiores admissões (Anexo 3). *Trabalhadores na pecuária de médio porte* obteve 30 admissões e *Trabalhadores na exploração agropecuária em geral* 22, ambos no período 2013-2014. Para os períodos anteriores, as conclusões são bastante semelhantes, à exceção de algumas famílias ocupacionais que mudam de lugar no ranking, contudo, o quadro geral de grande pulverização dos saldos se mantém.

Em relação ao boletim anterior, há diferenças relevantes. Primeiramente, há maior concentração dos saldos, tanto dos positivos quanto dos negativos. Segundo, há mudanças importantes na posição das famílias. A título de exemplo, *Trabalhadores na exploração agropecuária em geral* que neste

boletim está como a terceira família com o maior saldo negativo, aparece no boletim anterior como o segundo maior saldo positivo. Situação semelhante ocorre com *Alimentadores de linhas de produção* e *Trabalhadores na pecuária de grande porte*.

TABELA 8
Saldo das famílias ocupacionais⁽¹⁾ com maior e menor saldo de vagas
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Família Ocupacional	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Maiores saldos positivos			
Trabalhadores de Apoio à Agricultura	0	1	6
Contínuos	0	-1	5
Receptionistas	-1	3	2
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	3	3	2
Padeiros, Confeiteiros e Afins	3	-5	2
Gerentes Administrativos, Financeiros e de Riscos	0	0	1
Gerentes de Rh e Relações do Trabalho	0	0	1
Gerentes de Marketing, Comercialização e Vendas	0	0	1
Supervisores de Serviços Administrativos (Exceto Contabilidade, Finanças e Controle)	-1	0	1
Almoxarifes e Armazenistas	-1	0	1
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo positivo	3	1	22
Maiores saldos negativos			
Trabalhadores na Pecuária de Médio Porte	-8	-9	-12
Alimentadores de Linhas de Produção	-10	0	-8
Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral	-5	-4	-6
Tratadores Polivalentes de Animais	-3	2	-4
Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte	-2	0	-4
Auxiliares de Laboratorio da Saude	3	1	-2
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	1	-1	-1
Escriturários de Contabilidade	0	0	-1
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	1	-1	-1
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros	1	0	-1
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo negativo	-22	-12	-40
Saldo das demais Famílias Ocupacionais	-2	2	-3
Total	-21	-9	-21

Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 03/06/2014

Elaboração: DIEESE

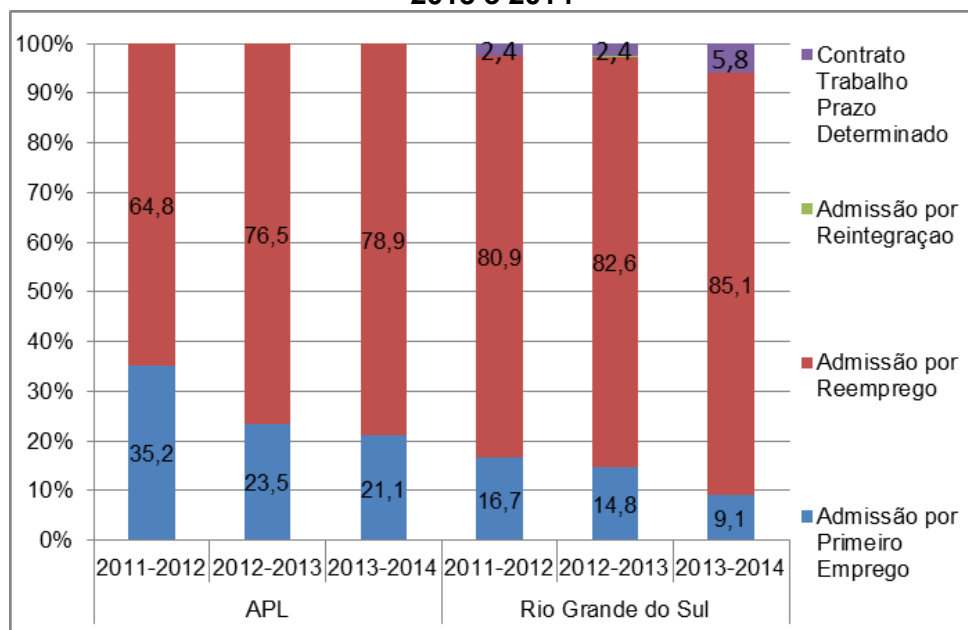
(1) Para obter a descrição sumária das atividades desenvolvidas por cada uma das Famílias ocupacionais apresentadas, bem como, a formação e experiência exigida para exercer as respectivas atividades conforme Código Brasileiro de Ocupações vide o Glossário de Famílias Ocupacionais no final deste boletim.

Tratando das admissões, pode ser visto que Reemprego é, no período analisado, o principal meio de contratação, respondendo no trimestre mais recente por 78,9% das contratações no APL. As demais contratações foram realizadas por Primeiro emprego, visto que, para o APL, não houve admissões por Reintegração e nem por Contrato de trabalho por prazo determinado para nenhum dos períodos. Em relação aos períodos anteriores, chama atenção a diminuição da participação das admissões por primeiro emprego no total (Gráfico 2).

Em comparação com o Estado (naquelas atividades econômicas que compõem o APL excluídos os municípios deste), percebe-se que no APL são oferecidas mais oportunidades de Primeiro emprego (21,1% contra 9,1% para o período 2013-2014). Com algumas pequenas oscilações, o mesmo

ocorre para os trimestres 2012-2013 e 2011-2012. Interessante notar que, as admissões por Primeiro emprego, assim como ocorre no APL, diminuem ao longo do tempo. Por último, cabe notar que há poucas diferenças em relação aos dois boletins anteriores, a diferença mais notável é a evolução das admissões por Primeiro emprego, que se no período de dezembro a fevereiro vêm diminuindo ao longo dos anos, para os trimestres analisados nos boletins anteriores, se mantêm relativamente estáveis.

GRÁFICO 2
Distribuição das admissões segundo o tipo (em %)
APL Agroindústria Familiar Região Missões e Rio Grande do Sul, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 02/06/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

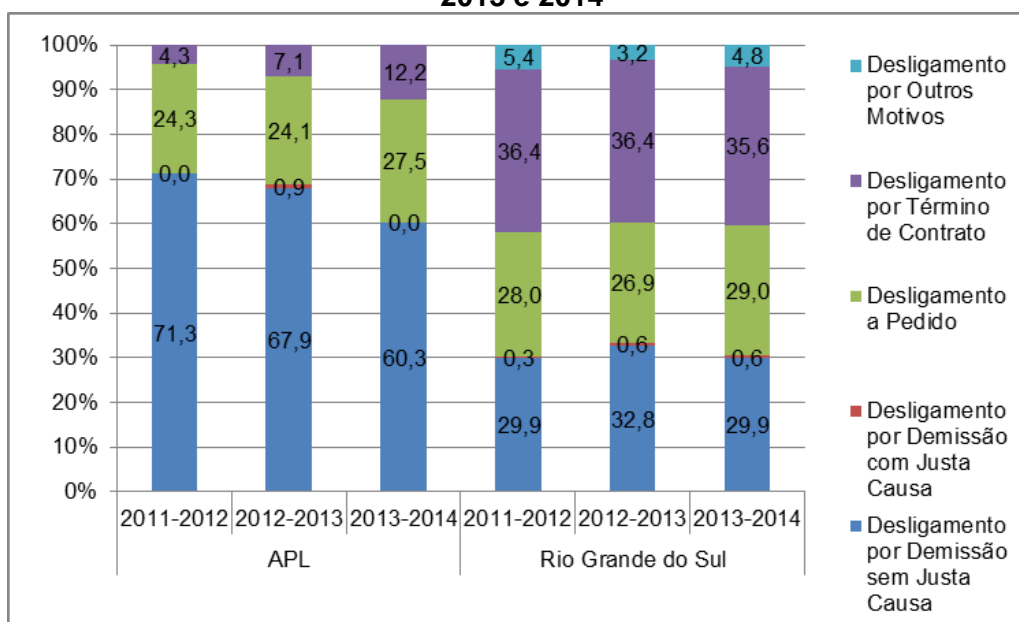
Em relação aos desligamentos, três tipos representam basicamente a totalidade das observações. Trabalhadores desligados por Demissão sem justa causa respondem por 60,3% dos desligamentos de no período, seguido por Desligamento a pedido (27,5%) e Desligamento por término de contrato (12,2%), como pode ser visto no Gráfico 3. Sendo assim, chama atenção que, considerando todos os três períodos analisados, houve somente uma demissão por justa causa. Tratando dos anos anteriores, chama atenção o fato de que os desligamentos por demissão sem justa causa apresentam trajetória constante de queda, como contrapartida do aumento dos desligamentos a pedido e por término de contrato, sendo este último o principal aumento relativo.

Comparando-se com o Estado, chama atenção o fato de que a proporção de Demissões sem justa causa por iniciativa do empregador equivale à metade da do APL para o período 2013-2014, e a valores ainda menores nos períodos anteriores. Essa diferença é explicada basicamente pela

participação de desligamentos por Término de contrato, que no Estado varia de 36,4% e 35,6% frente a 4,3% a 12,2% no APL. A saber: os Términos de contrato significativos no Estado são derivados de desligamentos de trabalhadores vinculados à atividade de *Fabricação de conservas de frutas* fortemente concentrados no município de Pelotas.

Ao se comparar com os dados do boletim anterior, percebe-se certa continuidade do comportamento dos desligamentos, em que pese a menor participação dos desligamentos por Demissão sem justa causa na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Por outro lado, as diferenças relevantes são: o comportamento dos desligamentos por Demissão sem justa causa no APL, que apresentam relativa estabilidade ao longo dos três períodos, em nível próximo a 60%; a participação dos Desligamentos a pedido bastante superior (pouco acima de 35%) no boletim anterior; e a menor participação dos Desligamentos por término de contrato.

GRÁFICO 3
Distribuição dos desligamentos segundo o tipo (em %)
APL Agroindústria Familiar Região Missões e Rio Grande do Sul, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 02/06/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

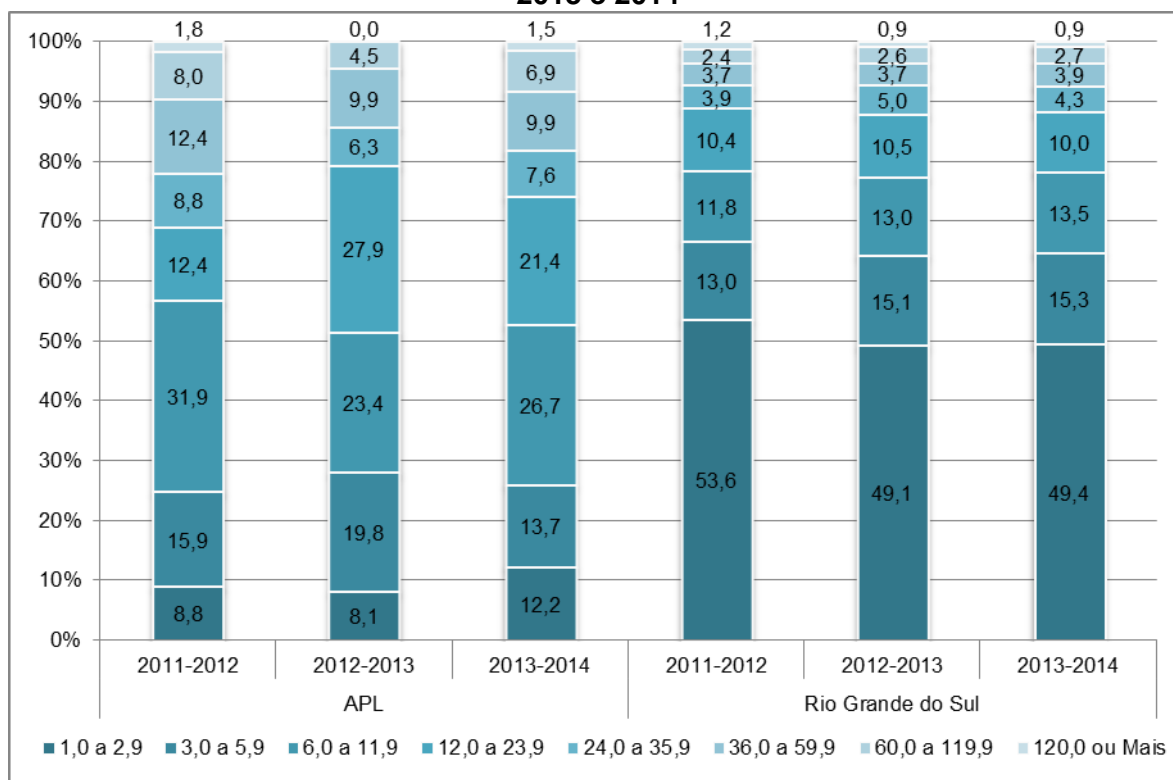
No APL Agroindústria Familiar Região Missões, no último trimestre disponível, 52,7% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 26,7% não ultrapassaram 6 meses e 12,2% deles foram desligados antes de completar 3 meses de trabalho (Gráfico 4).

Em comparação com o mesmo trimestre dos anos anteriores, se observa poucas mudanças; o contingente de trabalhadores com desligamentos com até um ano de trabalho, por exemplo, é

bastante similar para todos os anos. As maiores diferenças se devem à diminuição dos desligamentos de trabalhadores com 3 a 11,9 meses de permanência e aumento dos desligamentos com até 3 meses. O período 2011-2012 também apresenta um percentual de desligamentos de trabalhadores com 12 a 23,9 meses de emprego significativamente inferior aos demais anos.

Ao se comparar as mesmas atividades econômicas que compõem o APL nos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul, verifica-se um percentual mais expressivo de desligamentos de trabalhadores com até um ano de trabalho, devido principalmente aos desligamentos de trabalhadores com até três meses. Já em relação ao boletim anterior nota-se ligeiro aumento do tempo de trabalho no APL, sobretudo nas menores faixas de tempo.

GRÁFICO 4
Distribuição dos desligamentos por tempo de permanência no emprego (em %)
APL Agroindústria Familiar Região Missões e Rio Grande do Sul, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 02/06/2014

Elaboração: DIEESE

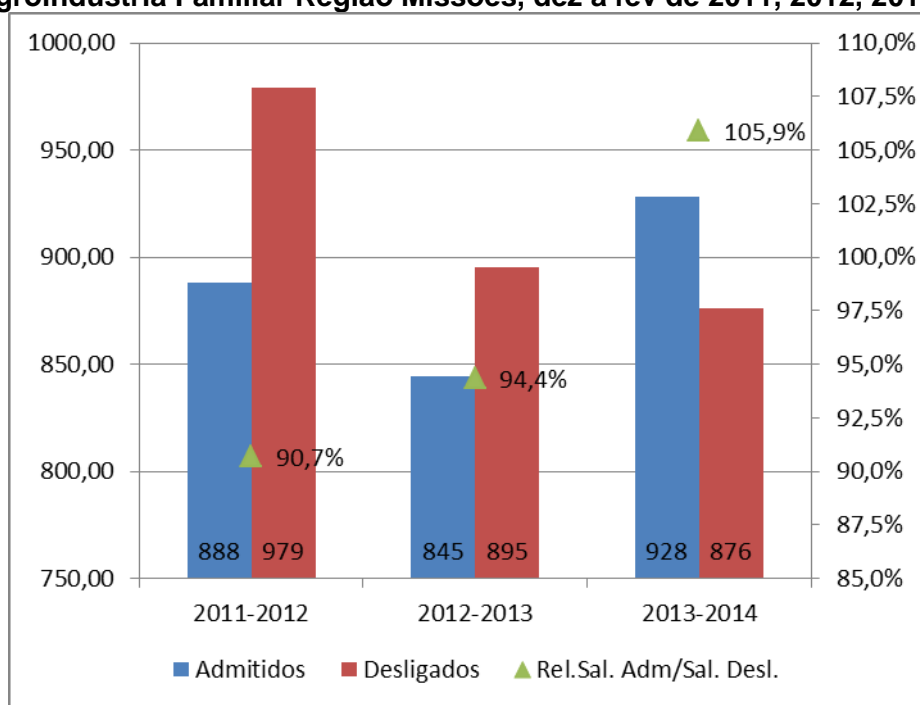
(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõem o APL excluindo-se os municípios que compõem o APL.

Levando em conta os salários médios, no período de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014, tem-se que para os dos desligados foi de R\$ 876 e para os admitidos R\$ 928, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 105,9% do salário médio do trabalhador desligado.

O comportamento dos salários reais médios ao longo do tempo chama atenção, ao invés de um aumento real nos salários, ocorre uma redução em relação entre 2011-2012 e 2012-2013, período em que o salário dos admitidos passa de R\$888 para R\$845 e dos desligados de R\$979 para R\$895. Já de 2012-2013, o salário real médio dos admitidos aumenta, ao passo que o dos desligados diminui novamente. Esse comportamento de diminuição constante dos salários dos desligados faz com que o hiato dos salários de admitidos e desligados (ou seja, a diferença entre os salários médios dos admitidos em relação aos salários médios dos desligados) se reduza, até o ponto em que o salário dos admitidos supera o dos desligados (Gráfico 5).

Na comparação com o boletim anterior, alguns pontos chamam atenção, já que nele a variação dos salários reais tanto de admissão quanto de desligamento se deram no mesmo sentido em cada um dos trimestres da análise, reduzindo do primeiro para o segundo e aumentando do segundo para o terceiro. Já no presente boletim, enquanto o salário dos desligados desce continuamente, o dos admitidos decresce entre os trimestres de 2011-2012 e 2012-2013 e aumenta deste último para 2013-2014.

GRÁFICO 5
Salário médio de admissão e desligamento (em R\$¹) e a razão entre ambos (em %)
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

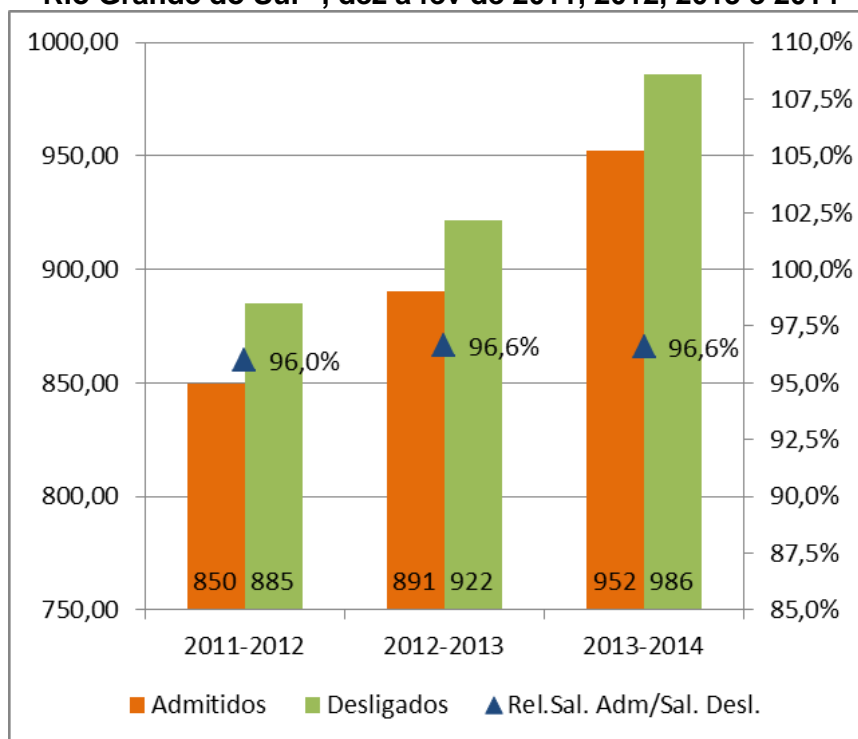


Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 23/01/2014.
 Elaboração: DIEESE
 (1) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de fevereiro de 2014

Naquelas mesmas atividades econômicas do APL no estado do Rio Grande do Sul (exceto os municípios do APL) observa-se que, a média salarial dos desligados foi igual a R\$986 e entre os

desligados, igual a R\$952; tanto para os admitidos quanto para os desligados, identifica-se crescimento (aumento real) em comparação com os anos anteriores – diferente do que se observou no APL. A relação dos salários de admissão/desligamento que em 2011-2012 correspondia a 96,0% passou para 96,6% e em 2013-2014, ou seja, o salário dos admitidos e dos desligados cresceu em ritmo semelhante.

GRÁFICO 6
Salário médio de admissão e desligamento (em R\$¹) e a razão entre ambos (em %)
Rio Grande do Sul⁽²⁾, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 23/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de novembro de 2013

(2) Considerando apenas as atividades econômicas que compõem o APL e excluindo os municípios que compõem o APL.

2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS¹⁴ NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR REGIÃO MISSÕES

Atualmente, os microempreendedores individuais no APL Agroindústria Familiar Região Missões totalizam 89, com concentração expressiva nos municípios de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, que respondem juntos por 47 deles, ou seja, 52,8% do total de MEIs do APL. Os demais municípios não apresentam grande relevância no APL, cabendo citar somente Santo Antônio das Missões, com 11 MEIs. Assim como esperado, os municípios com maior participação no APL, em termos de empresas e empregos, foram também aqueles com maior participação no número de MEIs. Outro dado relevante é a participação dos MEIs do APL no total de MEIs no território. Como pode ser visto, tal participação é irrisória, os MEIs do APL respondem por somente 1,6% dos MEIs do território (Tabela 9).

TABELA 9
Distribuição dos Microempreendedores Individuais entre os municípios do APL
APL Agroindústria Familiar Região Missões, 2014

Município	Microempreendedores	Microempreendedores	Participação dos	Participação do
	Individuais - Total	Individuais - APL	municípios no total (%)	APL no total (%)
	[A]	[B]	- APL	[B/A]
Bossoroca	101	2	2,2	2,0
Caibaté	48	0	0,0	0,0
Cerro Largo	418	7	7,9	1,7
Dezesseis de Novembro	24	1	1,1	4,2
Entre-Ijuís	185	4	4,5	2,2
Eugênio de Castro	28	0	0,0	0,0
Garruchos	47	0	0,0	0,0
Giruá	306	4	4,5	1,3
Guarani das Missões	133	2	2,2	1,5
Mato Queimado	16	0	0,0	0,0
Pirapó	19	1	1,1	5,3
Porto Xavier	251	1	1,1	0,4
Rolador	23	0	0,0	0,0
Roque Gonzales	198	4	4,5	2,0
Salvador das Missões	41	1	1,1	2,4
Santo Ângelo	2019	23	25,8	1,1
Santo Antônio das Missões	263	11	12,4	4,2
São Luiz Gonzaga	924	24	27,0	2,6
São Miguel das Missões	135	1	1,1	0,7
São Nicolau	107	2	2,2	1,9
São Paulo das Missões	83	1	1,1	1,2
São Pedro do Butiá	41	0	0,0	0,0
Sete de Setembro	17	0	0,0	0,0
Ubiretama	10	0	0,0	0,0
Vitória das Missões	29	0	0,0	0,0
Total	5466	89	100,0	1,6

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 06/05/2014.
Elaboração: DIEESE.

¹⁴ O total do MEI inclui MEIs que formalizaram seu registro por meio do Portal do Empreendedor que formam a grande maioria, somados, aos empresários Individuais Microempresas (ME) que fizeram a opção, no Portal do Simples Nacional, de converter seus registros em Microempreendedores Individuais.

No tocante à distribuição dos empreendedores individuais segundo atividade econômica (Tabela 10) a concentração é ainda mais evidente. Do total de MEIs do APL, 53 (59,6%) estão concentrados na atividade de *Fabricação de produtos de Panificação*. Na sequência aparece *Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis* que concentra 19 MEIs (24,7%); juntas as duas atividades somam 84,3%. Interessante notar que ao contrário do ocorrido na distribuição por municípios, na distribuição por atividades econômicas, duas atividades que são pouco representativas em termos de emprego, apareceram com maior expressão no número de MEIs. Da mesma forma, atividades com expressão no emprego com pouca ou nenhuma relevância nos MEIs, como *Criação de Suínos* e *Criação de Bovinos*. Isto se deve, provavelmente, à natureza destas atividades que demandam maior aplicação em terra e mão de obra. Mesmo assim, é importante notar que *Fabricação de produtos de Panificação* é responsável pela maior parte dos estabelecimentos do APL.

Tabela 10
Distribuição dos Microempreendedores Individuais entre atividades econômicas
APL Agroindústria Familiar Região Missões, 2014

Atividade econômica	Microempreendedores Individuais - Total	Participação no total (%)
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, exceto móveis.	22	24,7
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	9	10,1
Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente	1	1,1
Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	1	1,1
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	1	1,1
Fabricação de Açúcar em Bruto	1	1,1
Fabricação de Produtos de Panificação	53	59,6
Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	1	1,1
Total	89	100,0

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 06/05/2014
Elaboração: DIEESE.

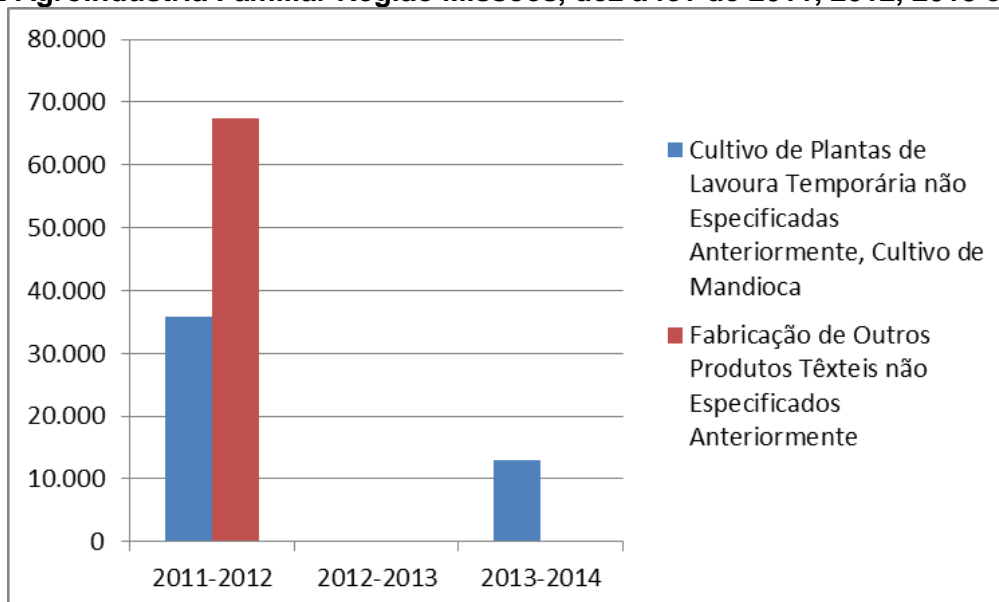
3. DESEMPENHO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Nesta seção, se analisa o desempenho das exportações do APL, separando-as por município e CNAE. Assim como na seção do mercado de trabalho, os dados se referem ao trimestre composto por dezembro de 2013 e janeiro e fevereiro de 2014.

O desempenho das exportações é bastante inconstante, mas com tendência de queda ao longo dos três trimestres observados. *Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente*, *Cultivo de Mandioca* e *Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente* são as duas únicas atividades que registraram exportações, sendo que a segunda, após ser a atividade com maior exportação em 2011-2012, não apresentou mais exportações no restante dos trimestres (Gráfico 7). Cabe notar ainda que o único município exportador foi Porto Xavier.

Comparando os dados atuais com os do boletim anterior, chama atenção a diminuição no valor exportado. Entre setembro e novembro de 2013, as exportações do APL alcançaram US\$1.696.182, uma grande elevação em comparação com o mesmo trimestre de 2011. Contudo, as exportações se concentraram em uma única atividade. Já no trimestre atual, apesar da tendência de queda, contudo há maior diversificação das atividades.

GRÁFICO 7
Valor exportado (US\$ FOB) segundo atividades econômicas
APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014



Fonte: AliceWeb. Consulta realizada em 28/04/2014
 Elaboração: DIEESE.

CONCLUSÃO

As propriedades rurais familiares possuem um grande potencial de geração de desenvolvimento, na medida em que a agricultura familiar tem papel fundamental na geração de emprego e renda no campo, se destacando como um dos setores que mais ocupam mão de obra na economia brasileira (DIEESE, 2012). Além do mais, contribui de maneira decisiva na produção de alimentos, respondendo por ampla maioria desta atividade no país. Sendo assim, a agroindústria familiar deve ser considerada um setor estratégico e objeto de políticas públicas que promovam seu contínuo progresso através de melhorias em sua organização e produção. Este boletim serve como um mecanismo de acompanhamento do setor, a fim de subsidiar políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento e propiciar o conhecimento sobre a conjuntura do APL aos atores envolvidos.

A partir das análises dos saldos de emprego do trimestre composto pelos meses de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014 em comparação com o mesmo período dos dois anos imediatamente anteriores, notou-se continuação da tendência de saldos negativos no APL. Cabe destacar que tais meses costumeiramente apresentam saldos positivos pequenos ou até mesmo negativos, contudo, o desempenho negativo dos trimestres em análise sobressai-se até mesmo se comparado aos mesmos trimestres de anos anteriores. Além do mais, tal comportamento foi compartilhado em grande parte pelo mercado de trabalho, das mesmas atividades do APL, brasileiro e gaúcho no período – que apresentaram saldos pronunciadamente negativos.

Dentre os municípios que compõem o APL, Santo Ângelo perdeu papel de destaque na participação no saldo total, com um saldo negativo de -3. São Luiz Gonzaga continuou em destaque e com saldo positivo. Ademais, cabe ressaltar Santo Antônio das Missões e São Pedro do Butiá que apresentaram os maiores saldos negativos, adquirindo participação definitiva no saldo geral.

Em relação às atividades, o destaque também se modificou: *Criação de suínos* apresentou saldo de -14, sendo que nenhuma atividade apresentou saldo positivo expressivo. Cabe ainda destacar que o saldo positivo de São Luiz Gonzaga se deve em grande parte à *Criação de bovinos*, atividade que, inclusive, apresentou saldos negativos em parte expressiva dos demais municípios. Já o mau desempenho da *Criação de suínos* ocorreu principalmente em São Pedro do Butiá.

Outra estatística que ajuda a entender a estrutura do mercado de trabalho formal no APL é a distribuição do emprego em relação ao tamanho dos estabelecimentos. No APL Agroindústria Familiar Região das Missões, a participação do emprego em estabelecimentos com até 4 vínculos de trabalho se destacou para o período, com o saldo negativo de maior magnitude. Já o principal, e

único, desempenho positivo ocorreu nos estabelecimentos com 10 a 19 funcionários. Interessante notar que *Criação de bovinos* foi a principal atividade responsável por ambos saldos, visto que apresentou saldo negativo de -15 nos estabelecimentos com até 4 empregados e positivo igual a 10 nos estabelecimentos com 10 a 19 vínculos.

Em relação aos atributos dos trabalhadores, três são as principais características: sexo, escolaridade e faixa etária. Em relação ao sexo, viu-se que os homens, assim como no trimestre anterior, respondem com maior intensidade às flutuações de emprego, dado que apresentaram saldos negativos em todos os períodos analisados. Para a escolaridade, cabe destacar os trabalhadores com Ensino Médio Completo, a faixa que ocupou a maior parte dos saldos negativos no trimestre, seguida de 6ª a 9ª série do fundamental. Quanto à faixa etária a maior parte das vagas extintas era ocupada por trabalhadores com entre 18 a 24 anos, seguido por aqueles 30 a 39 anos.

Entre as famílias ocupacionais com maior saldo positivo, obtiveram destaque os *Trabalhadores de apoio à agricultura* seguidos dos *Contínuos*. Ao contrário do boletim anterior, a ocupação principal refere a atividades econômicas rurais.

Quando se analisa as movimentações dos trabalhadores no APL Agroindústria Familiar Região das Missões pode-se perceber, do ponto de vista das admissões, que a maior parte delas ocorreu por Reemprego (78,9%) seguido do Primeiro Emprego (21,1%). O percentual de trabalhadores admitidos por Primeiro emprego, realmente chama atenção, uma vez que, é significativamente maior, quando comparado com as mesmas atividades do Estado em outros territórios (em 2013-2014 foi de 9,1%). Na análise dos desligamentos viu-se que 60,3% dos desligamentos foram Demissões sem justa causa, seguido por Desligamento a pedido (27,5%) e desligamento por término de contrato (12,2%).

A média salarial mensal paga aos desligados no APL foi de R\$ 876, e o dos admitidos R\$ 928. Em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 105,9% do salário médio do trabalhador desligado. Comparando o mesmo período com os anos anteriores, percebe-se também que houve diminuição contínua do salário real dos desligados e aumento dos admitidos (apesar da diminuição entre 2011-2012 e 201-2013). Além do mais, os salários médios do Estado foram superiores para as mesmas atividades; ocorrendo o inverso no ocorrido no boletim anterior.

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Plano de implantação da política industrial Desenvolvimento Econômico do RS. Porto Alegre, 2013.

GUERRERO, G.; CONCEIÇÃO, C. **Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul**. Textos para discussão FEE. Porto Alegre: n 12, março de 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf>. Acesso em 06/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>>. Acesso em 06/02/2014.

VARGAS, M. **Nota metodológica do Projeto Elementos para o desenvolvimento de uma tipologia de APLs**. Rio de Janeiro: [s.d], Redesist/UFRJ.

GLOSSÁRIO

Arranjos produtivos locais: aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

Atividade econômica: Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e 'outros'.

Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): É um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização

das informações econômicas em âmbito internacional.

Clusters: Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

Domicílio fiscal: Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local da sede de qualquer dos seus estabelecimentos. É no município onde está situado seu domicílio fiscal que a empresa recolhe seus tributos.

Família ocupacional: cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

NCM (Nomenclatura comum do Mercosul): É um método de classificação/agrupação de mercadorias baseado no *Harmonized System* – HS, método internacional de classificação que contém uma estrutura de códigos com a descrição de características específicas das mercadorias, como: origem, materiais utilizados e aplicação. Dos oito dígitos que compõem o NCM, os seis primeiros são oriundos do HS. Qualquer mercadoria, importada ou exportada, no Brasil, deve ter um código NCM na sua documentação legal. A NCM foi adotada em janeiro de 1995 pelos países do Mercosul.

Saldo do emprego: resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do Caged. Indica o emprego efetivamente criado no período.

Varição percentual do estoque de emprego (%): Indica o aumento ou a diminuição do estoque do emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

Trabalhadores de Apoio à Agricultura: Colhem policulturas, derruçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes por meio da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratos culturais, além de preparar o solo para plantio. Formação e Experiência: O exercício das ocupações requer ensino fundamental (jardineiro e trabalhador na produção de mudas e sementes) e até a quarta série do mesmo nível (caseiro e trabalhador volante da agricultura). A qualificação é obtida na prática, exceto o trabalhador na produção de mudas e sementes, que demanda curso básico profissionalizante de até duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre após alguns meses de prática (caseiro e trabalhador volante) e de um a dois anos para os demais.

Contínuo: Transportam correspondências, documentos, objetos e valores, dentro e fora das instituições, e efetuam serviços bancários e de correio, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários; auxiliam na secretaria e nos serviços de copa; operam equipamentos de escritório; transmitem mensagens orais e escritas. Formação e Experiência: Para exercer essa ocupação exige-se escolaridade de quarta a sétima série do ensino fundamental, podendo o trabalhador fazer cursos profissionalizantes básicos de até duzentas horas/aula.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Padeiros, Confeiteiros e Afins: Planejam a produção e preparam massas de pão, macarrão e similares. Fazem pães, bolachas e biscoitos e fabricam macarrão. Elaboram caldas de sorvete e produzem compotas. Confeitam doces, preparam recheios e confeccionam salgados. Redigem documentos tais como requisição de materiais registros de saída de materiais e relatórios de produção. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

Gerentes Administrativos, Financeiros e de Riscos: Exercem a gerência dos serviços administrativos, das operações financeiras e dos riscos em empresas industriais, comerciais, agrícolas, públicas, de educação e de serviços, incluindo as do setor bancário. Gerenciam recursos humanos, administram recursos materiais e serviços terceirizados de sua área de competência. Planejam, dirigem e controlam os recursos e as atividades de uma organização, com o objetivo de minimizar o impacto financeiro da materialização dos riscos.

Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações de gerentes administrativos e financeiros, a escolaridade varia em função do porte da instituição empregadora: curso superior incompleto e cursos profissionalizantes de até quatrocentas horas ou graduação tecnológica, bacharelado e de pós-graduação. Os requisitos para os gerentes de riscos são mais elevados – curso superior mais pós-graduação na área e conhecimento do negócio em que atua. Neste caso, o pleno desempenho das atividades ocorre em torno de cinco anos gerenciando riscos em uma área específica.

Gerentes de RH e Relações do Trabalho: Gerenciam atividades de departamentos ou serviços de pessoal, recrutamento e seleção, cargos e salários, benefícios, treinamento e desenvolvimento, liderando e facilitando o desenvolvimento do trabalho das equipes. Assessoram diretoria e setores da empresa em atividades como planejamento, contratações, negociações de relações humanas e do trabalho. Atuam em eventos corporativos e da comunidade, representando a empresa. Formação e Experiência: As ocupações da família são exercidas por profissionais que tenham cursado, pelo menos, o nível superior completo, formados em qualquer ramo do conhecimento, com experiência ou formação complementar predominante nas áreas de psicologia ou administração. É desejável que as ocupações sejam exercidas por profissionais com quatro a cinco anos de experiência na área de recursos humanos.

Gerentes de Marketing, Comercialização e Vendas: Elaboram planos estratégicos das áreas de comercialização, marketing e comunicação para empresas agroindustriais, industriais, de comercialização e serviços em geral; implementam atividades e coordenam sua execução; assessoram a diretoria e setores da empresa. Na área de atuação, gerenciam recursos humanos, administram recursos materiais e financeiros e promovem condições de segurança, saúde, preservação ambiental e qualidade. Formação e experiência: Essas ocupações são exercidas por profissionais com escolaridade de nível superior, do ensino regular ou cursos superiores de tecnologia (tecnólogos). O tempo requerido para o exercício pleno das funções é de quatro a cinco anos de experiência profissional.

Supervisores de Serviços Administrativos (Exceto Contabilidade, Finanças e Controle): Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. Coordenam serviços gerais de malotes, messageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc.; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos. Formação e Experiência: Para ingressar nessa ocupação é exigido o ensino médio completo e três a quatro anos de experiência profissional em trabalhos administrativos.

Almoxarifes e Armazenistas: Recepcionam, conferem e armazenam produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos. Fazem os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlam os estoques. Distribuem produtos e materiais a serem expedidos. Organizam o almoxarifado para

facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se formação equivalente ao nível médio completo e curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre após um a dois anos de experiência profissional.

Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral: Supervisionam diretamente uma equipe de trabalhadores agropecuários em sua lida no campo, na alimentação, reprodução e reposição de animais e nos tratos culturais; administram mão-de-obra e treinam a equipe de trabalho; planejam atividades e controlam qualidade e produtividade agropecuária; negociam insumos, produtos e equipamentos agropecuários e realizam manutenção em equipamentos. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer, no mínimo, ensino fundamental. Geralmente, o aprendizado profissional advém da prática de um a dois anos na área.

Tratadores Polivalentes de Animais: Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais da pecuária. Condicionam e adestram animais. Sob orientação de veterinários e técnicos, tratam sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas, higienizam animais e recintos; aplicam técnicas de inseminação e castração. Realizam atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necropsias e sacrifícios de animais. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se, no mínimo, a quarta série do ensino fundamental, mais curso profissionalizante de duzentas horas/aula (adestradores e inseminadores de animais) e cursos eventuais (para as demais ocupações), oferecidos pelas associações, cooperativas, órgãos governamentais de apoio à agropecuária e à extensão rural e instituições de formação profissional. O desempenho pleno das atividades requer de um a dois anos de experiência.

Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte: Supervisionam e planejam o manejo e a alimentação do rebanho. Controlam sanidade e organizam a reprodução dos animais; condicionam bovídeos e equídeos; beneficiam e comercializam rebanho e produtos derivados e administram a propriedade rural. Formação e Experiência: O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. A escolaridade dos produtores varia do ensino fundamental até o superior, com formação em veterinária e zootecnia, entre outras. O desempenho pleno das ocupações requer cinco anos de experiência com animais de grande porte.

Auxiliares de Laboratório da Saúde: Coletam material biológico, orientando e verificando preparo do paciente para o exame. Auxiliam os técnicos no preparo de vacinas; aviam fórmulas, sob orientação e supervisão. Preparam meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizam o trabalho; recuperam material de trabalho, lavando, secando, separando e embalando. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer ensino fundamental e médio, acompanhado de qualificação no próprio emprego ou em instituição de formação profissional. A tendência ao aumento de requisitos de qualificação dessas ocupações se iniciou nos

grandes laboratórios e começa a atingir os hospitais e hemocentros, elevando a escolaridade para o nível médio, com incentivos para que o pessoal conclua curso técnico profissionalizante na área.

Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional.

Escriturários de Contabilidade: Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos. Formação e Experiência: Embora não exista exigência legal, requer-se escolaridade de nível médio, preferencialmente com curso técnico ou superior incompleto. Não há exigência de experiência anterior.

Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers: Atendem os clientes, recepcionando-os e servindo refeições e bebidas em restaurantes, bares, clubes, cantinas, hotéis, eventos e hospitais; montam e desmontam praças, carrinhos, mesas, balcões e bares; organizam, conferem e controlam materiais de trabalho, bebidas e alimentos, listas de espera, a limpeza e higiene e a segurança do local de trabalho; preparam alimentos e bebidas, realizando também serviços de vinhos. Formação e Experiência: Para o acesso ao trabalho nessa família ocupacional é exigido, no mínimo, o ensino fundamental incompleto e até um ano de experiência. A formação profissional ocorre com a prática no local de trabalho ou em cursos profissionalizantes. O trabalhador tem a possibilidade de ascender na carreira, iniciando como ajudante ou auxiliar, podendo atingir a ocupação de maître (família ocupacional 5101). O sommelier, para o qual é requerido o ensino médio, necessita de especialização e experiência de um a dois anos. O mercado de trabalho tende a aumentar a exigência do nível de qualificação e profissionalização desses trabalhadores.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros: Os trabalhadores nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza e conservação de áreas públicas. Preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham

com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe. Formação e Experiência: O acesso às ocupações de faxineiro e limpador de vidros é livre. O

exercício das ocupações de coletor de lixo e gari requer quarta série do ensino fundamental e a ocupação de trabalhador de serviços de manutenção de edifícios e logradouros tem como requisito o ensino fundamental completo. O exercício pleno das atividades ocorre após um a dois anos de experiência.

ANEXOS

Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõem o APL Agroindústria Familiar Corede Missões do estado do Rio Grande do Sul

CLASSES NÍVEL 5	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1629-3	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA, VIME E MATERIAL TRANÇADO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, EXCETO MÓVEIS.
1529-7	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1359-6	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1031-7	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS.
1032-5	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS.
1033-3	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES.
1033-3	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES.
1069-4	MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AMILÁCEOS E DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS e MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE. Fabricação de vinagres.
0163-6	ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA E À PECUÁRIA; ATIVIDADES DE PÓS-COLHEITA.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO (CHÁ, MATE, ETC.).
0151-2	CRIAÇÃO DE BOVINOS, CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA LEITE.
1051-1	PREPARAÇÃO DO LEITE.
1071-6	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO
0119-9	CULTIVO DE PLANTAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

Continua...

0154-7	CRIAÇÃO DE SUÍNOS.
1091-1	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA.
1111-9	FABRICAÇÃO DE AGUARDENTES E OUTRAS BEBIDAS DESTILADAS, FABRICAÇÃO DE AGUARDENTE DE CANA-DE-AÇÚCAR.
0132-6	PRODUÇÃO DE LAVOURAS PERMANENTES. CULTIVO DE UVA.
1112-7	FABRICAÇÃO DE VINHO.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, FABRICAÇÃO DE VINAGRES.
0119-9	CULTIVO DE PLANTAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, CULTIVO DE MANDIOCA.
1063-5	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS.
1065-1	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS E DE ÓLEOS DE MILHO.

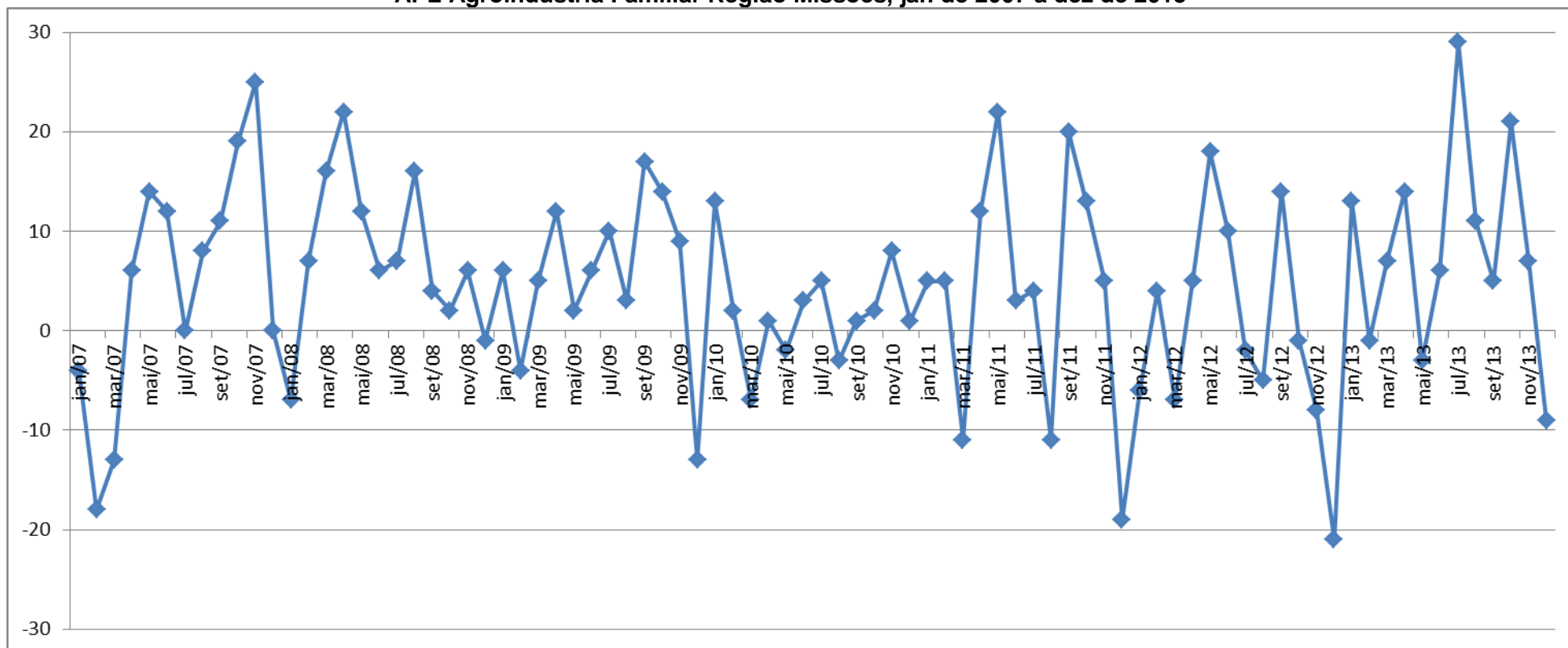
DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COREDE MISSÕES:

Bossoroca; Caibaté; Cerro Largo; Dezesesseis de Novembro; Entre-Ijuís; Eugênio de Castro; Garruchos; Giruá; Guarani das Missões; Mato Queimado; Pirapó; Porto Xavier; Rolador; Roque Gonzales; Salvador das Missões; Santo Ângelo; Santo Antônio das Missões; São Luiz Gonzaga; São Miguel das Missões; São Nicolau; São Paulo das Missões; São Pedro do Butiá; Sete de Setembro; Ubiretama; e Vitória das Missões.

Fonte: AGDI

Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1351252461_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Agroind%C3%BAstria%20Familiar%20Miss%C3%B5es.pdf

ANEXO 2
Saldo de emprego formal
APL Agroindústria Familiar Região Missões, jan de 2007 a dez de 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 03/06/2014
 Elaboração: DIEESE

ANEXO 3

Admissões e desligamentos por família ocupacional

APL Agroindústria Familiar Região Missões, dez a fev de 2011, 2012, 2013 e 2014

Classe de Atividade Econômica	Admissão			Desligamento		
	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2011-2012	2012-2013	2013-2014
Trabalhadores na Pecuaria de Médio Porte	16	25	30	25	34	42
Trabalhadores na Exploracao Agropecuaria em Geral	21	14	22	26	18	28
Trabalhadores de Apoio À Agricultura	5	4	8	16	16	12
Trabalhadores nos Serviços de Manutencao de Edificacoes	4	4	5	11	3	8
Contínuos	0	0	5	2	0	6
Alimentadores de Linhas de Producao	6	16	4	6	6	5
Tratadores Polivalentes de Animais	8	5	4	2	1	4
Auxiliares de Laboratorio da Saude	3	0	4	0	3	3
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	0	3	4	1	3	3
Receptionistas	0	0	4	1	2	3
Padeiros, Confeiteiros e Afins	6	5	2	1	0	2
Garcons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	2	2	2	5	3	2
Escriturarios em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	1	2	2	0	0	1
Trabalhadores na Pecuaria de Grande Porte	4	6	1	0	0	1
Almoxarifes e Armazenistas	1	1	1	0	0	1
Eletricistas-Eletronicos de Manutencao	0	1	1	0	0	1
Contadores e Auditores	0	0	1	0	2	1
Cozinheiros	0	0	1	0	0	1
Eletricistas-Eletronicos de Manutencao Veicular (Aerea, Terrestre e Naval)	0	0	1	0	0	1
Gerentes Administrativos, Financeiros e de Riscos	0	0	1	0	0	1
Gerentes de Marketing, Comercializacao e Vendas	0	0	1	0	0	1
Gerentes de Rh e Relacoes do Trabalho	0	0	1	0	1	1
Mecanicos de Manutencao de Veiculos Automotores	0	0	1	0	0	1
Produtores Agropecuarios em Geral	0	0	1	0	2	1
Produtores em Pecuaria Polivalente	0	0	1	0	0	1
Supervisores de Servicos Administrativos (Exceto Contabilidade, Financas e Controle)	0	0	1	0	0	0
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	0	3	0	0	0	0
Mecanicos de Manutencao de Maquinas Industriais	0	2	0	0	0	0
Supervisores na Exploracao Agropecuaria	2	0	0	1	0	0
Trabalhadores Auxiliares nos Servicos de Alimentacao	1	1	0	1	0	0
Trabalhadores dos Servicos Domesticos em Geral	2	0	0	1	0	0
Ajudantes de Obras Civis	0	1	0	1	0	0
Compradores	0	1	0	0	0	0
Laboratoristas Industriais Auxiliares	1	0	0	0	0	0
Operadores de Maquinas na Fabricacao de Artefatos de Tecidos e Couros	0	1	0	1	0	0
Porteiros, Guardas e Vigias	1	0	0	0	1	0
Secretarios Executivos e Bilingues	1	0	0	2	1	0
Tecnicos Agricolas	1	0	0	1	0	0
Tecnicos de Controle da Producao	1	0	0	1	0	0
Tecnicos em Programacao	1	0	0	3	3	0
Trabalhadores Agricolas na Cultura de Plantas Oleaginosas	1	0	0	0	0	0
Trabalhadores Agricolas na Olericultura	1	0	0	0	0	0
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	0	1	0	1	1	0
Trabalhadores nos Servicos de Manutencao e Conservacao de Edificios e Logradouros	1	0	0	0	0	0
Escriturarios de Contabilidade	0	0	0	2	0	0
Mantenedores de Elevadores, Escadas e Portas Automaticas	0	0	0	0	0	0
Marceneiros e Afins	0	0	0	1	0	0
Motoristas de Veiculos de Cargas em Geral	0	0	0	0	0	0
Motoristas de Veiculos de Pequeno e Medio Porte	0	0	0	0	1	0
Operadores de Maquinas E instalacoes de Produtos Farmaceuticos, Cosmeticos e Afins	0	0	0	3	10	0
Supervisores da Fabricacao de Alimentos, Bebidas e Fumo	0	0	0	0	0	0
Supervisores de Producao em Industrias Quimicas, Petroquimicas e Afins	0	0	0	0	0	0
Tecnicos em Secretariado, Taquigrafos e Estenotipistas	0	0	0	0	1	0
Total	91	98	109	115	112	131